

ENTREGUE
NO CDSSS
DE
LEIRIA

PEÇAS FINAIS DE APRESENTAÇÃO DE CONTAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE SOLIDARIEDADE SOCIAL

ANO DE
2017

DENOMINAÇÃO FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

RESERVADO AOS SERVIÇOS

MORADA RUA DE OLIVENÇA, N.º 32

Dist. Conc. IPSS

LOCALIDADE ALCOBAÇA

CÓD.

UNIÃO DE FREGUESIAS ALCOBAÇA E VESTIARIA CONCELHO ALCOBAÇA CÓD. POSTAL 2460-035

ESPAÇO RESERVADO AO CENTRO DISTRITAL DE SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL DE LEIRIA

PARECER :

EM / /

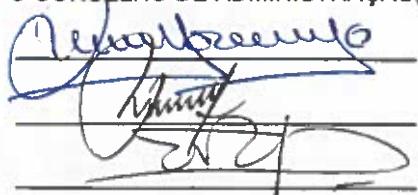
DESPACHO :

EM / /

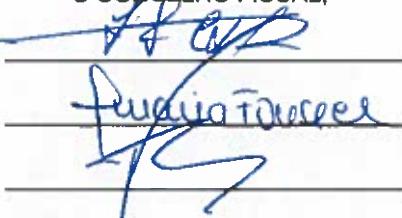
ALCOBAÇA, 24 DE ABRIL DE 2018

ALCOBAÇA, 24 DE ABRIL DE 2018

APROVADO
O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO,



APROVADO
O CONSELHO FISCAL,



O TÉCNICO
OFICIAL DE CONTAS



127294198

26780



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA (A Entidade), que compreendem a o balanço em 31/12/2017 (que evidencia um total de 6.063.382 euros e um total de fundos patrimoniais de 5.516.328 euros, incluindo um resultado líquido de 14.811 euros), a demonstração dos resultados por naturezas relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades Sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e adequada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam adequados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;



MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades sem Fins Lucrativos adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de atividades

Somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Marinha Grande, 23 de abril de 2018

MARQUES, CRUZ & ASSOCIADO, SROC, LDA

Representada por

Dr. Luís Guerra Marques - ROC nº 620



SEGURANÇA SOCIAL

INSTITUTO DA SEGURANÇA SOCIAL | IP
SERVIÇOS CENTRAIS

J. F
OM

DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE DE PRESTAÇÕES E IPSS
NUCLEO DE ORÇAMENTO E CONTAS DE IPSS**Mapa de Balanço (Mapa B)****Ano das contas: 2017****Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA****Mapa B. Mapa de Balanço**

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.800.969,35	5.866.370,86
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	5	2.169,68	1.136,19
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		5.803.139,03	5.867.507,05
Activo corrente			
Inventários	8	4.578,96	7.827,53
Clientes	14	78.451,57	88.052,57
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	14	13.195,60	12.605,64
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber	14	16.550,12	14.199,44
Diferimentos	14	2.000,16	3.547,50
Outros activos financeiros	14	0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	14	145.466,13	295.986,18
Outros		0,00	0,00
		260.242,54	422.218,86
Total do Activo		6.063.381,57	6.289.725,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	367.212,55	269.429,74
Excedentes de revalorização	14	3.405.655,14	3.405.655,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.440.714,36	1.509.192,84
		5.501.517,53	5.472.213,20
Resultado líquido do período	14	14.810,51	98.145,85
Total do fundo de capital		5.516.328,04	5.570.359,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	241.468,63	457.353,46
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		241.468,63	457.353,46

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Passivo corrente			
Fornecedores	14	68.519,93	51.558,27
Adiantamentos de Clientes	14	0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		31.946,81	28.493,97
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	14.670,00	23.888,32
Diferimentos	14	12,84	0,00
Outras contas a pagar	14	190.435,32	158.072,84
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
Total do Passivo		305.584,90	262.013,40
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		547.053,53	719.366,86
		6.063.381,57	6.289.725,91



Demonstração dos Fluxos de Caixa (Mapa C)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Mapa C. Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais – método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		956.348,27	961.364,74
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		-632.801,94	-528.873,39
Pagamentos ao pessoal		-810.318,76	-801.776,08
		486.772,43	-369.284,73
		0,00	0,00
		496.011,01	536.140,58
		9.238,58	166.855,85
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		-1.033,49	-720,63
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		68.000,00	61.750,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		128,08	128,08
Dividendos		0,00	0,00
		67.094,59	61.157,45
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (2)			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		9.432,91	6.774,79
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-225.103,15	-27.365,51
Juros e gastos similares		-11.182,98	-16.013,38
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
		-226.853,22	-36.604,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)			
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		295.986,18	104.576,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		145.466,13	295.986,18

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2017

Instituição: 20007676152 - FUNDAÇÃO MARIA OLIVEIRA

Número RS/Actividades agregadas: 9

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

CONTAS	RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
			2017	2016
72	Vendas e serviços prestados	9	912.924,16	914.265,39
	Subsídios, doações e legados à exploração	10	889.827,10	877.586,05
7511	ISS, IP – Centros Distritais		839.422,62	816.051,88
7512/752/753	Outros		50.404,48	61.534,17
	Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
	Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-269.020,98	-266.035,07
62	Fornecimentos e serviços externos	14	-303.352,18	-283.453,59
63	Gastos com pessoal	12	-1.251.095,87	-1.189.914,23
	Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
	Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	0,00	-15.851,29
	Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
	Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
	Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
77	Aumentos/Reduções de justo valor		0,00	0,00
78,791/798	Outros rendimentos e ganhos	14	190.632,37	203.720,23
68,6914/6917/6988	Outros gastos e perdas	14	-43.990,07	-33.474,64
	Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		125.924,43	206.842,85
64	Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-103.264,62	-95.738,54
	Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.659,81	111.104,31
7915	Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
6911	Juros e gastos similares suportados	7 , 14	-7.849,30	-12.958,46
811	Resultado antes de impostos		14.810,51	98.145,85
818	Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
	Resultado líquido do período		14.810,51	98.145,85



J. T
M

FUNDAÇÃO MARIA E OLIVEIRA

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

31 DE DEZEMBRO DE 2017



A.J.F
C.W

Índice

Balanço	4
Demonstração dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração dos Resultados por Funções	6
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios	7
Demonstração dos Fluxos de Caixa	8
Anexo	9
1. Identificação da Entidade	9
2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	9
3. Principais Políticas Contabilísticas	10
3.1. Bases de Apresentação	10
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	11
4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:	15
5. Ativos Fixos Tangíveis	15
6. Locações	17
7. Custos de Empréstimos Obtidos	17
8. Inventários	17
9. Réido	18
10. Subsídios do Governo e apoios do Governo	18
11. Imposto sobre o Rendimento	18
12. Benefícios dos empregados	19
13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais	19
14. Outras Informações	20
14.1. Clientes e Utentes	20
14.2. Outras contas a receber	20
14.3. Diferimentos	20
14.4. Outros Ativos Financeiros	21
14.5. Caixa e Depósitos Bancários	21
14.6. Fundos Patrimoniais	21
14.7. Fornecedores	21
14.8. Estado e Outros Entes Públicos	22
14.9. Outras Contas a Pagar	22
14.10. Outros Passivos Financeiros	22
14.11. Subsídios, doações e legados à exploração	22



14.12. Fornecimentos e serviços externos	23
14.13. Outros rendimentos e ganhos	23
14.14. Outros gastos e perdas	23
14.15. Resultados Financeiros	24
14.16. Acontecimentos após data de Balanço	24

Balanço

Fundação Maria e Oliveira

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

RUBRICAS	Notas	Unidade Monetária Euros	
		Datas	
		31-12-2017	31-12-2016
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	5.800.969,35	5.866.370,86
Bens do património histórico e cultural			
Propriedades de investimento	5	0,00	0,00
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros	14	2.169,68	1.136,19
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Subtotal		5.803.139,03	5.867.507,05
Total do activo		6.063.381,57	6.289.725,91
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14	287.935,48	287.935,48
Excedentes técnicos			
Reservas			
Resultados transitados	14	367.212,55	269.429,74
Excedentes de revalorização	14	3.405.655,14	3.405.655,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	10	1.440.714,36	1.509.192,84
Resultado Líquido do período	14	14.810,51	98.145,85
Total do fundo do capital		5.516.328,04	5.570.359,05
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Provisões específicas			
Financiamentos obtidos	7	241.468,63	457.353,46
Outras contas a pagar			
Subtotal		241.468,63	457.353,46
Passivo corrente			
Fornecedores	14	68.519,93	51.558,27
Adiantamentos de clientes			
Estado e outros Entes Públicos	14	31.946,81	28.493,97
Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros			
Financiamentos obtidos	7	14.670,00	23.888,31
Diferimentos	14	12,84	0,00
Outras contas a pagar	14	190.435,32	158.072,84
Outros passivos financeiros			
Subtotal		305.584,90	262.013,40
Total do passivo		547.053,53	719.366,86
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		6.063.381,57	6.289.725,91

Alcobaça, 16 de abril de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO:



Demonstração dos Resultados por Naturezas

Fundação Maria e Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

PERÍODO FIMDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	Unidade Monetária - Euros	PERÍODOS	
		2017	2016
Vendas e serviços prestados	9	912.924,16	914.265,39
Subsídios, doações e legados à exploração	10	889.827,10	877.586,05
Variação nos Inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-269.020,98	-266.035,07
Fornecimentos e serviços externos	14	-303.352,18	-283.453,55
Gastos com o pessoal	12	-1.251.095,97	-1.189.914,23
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14	0,00	-15.851,29
Provisões (aumentos/reduções)			
Provisões específicas (aumentos/reduções)			
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos e ganhos	14	190.632,37	203.720,23
Outros gastos e perdas	14	43.990,07	-33.474,64
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e Impostos		125.924,43	206.842,85
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-103.264,62	-95.738,54
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		22.659,81	111.104,31
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	7,14	-7.849,30	-12.958,48
Resultados antes de Impostos		14.810,51	98.145,83
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período		14.810,51	98.145,83

Alcobaça, 16 de abril de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO:

1

Demonstração dos Resultados por Funções

IMPUTAÇÃO DOS CENTROS DE CUSTO - MÊS DE DEZEMBRO DE - 2017

EM EUROS

REPÓRTOAS SOCIAIS	CRECHE	PREF-ESCOLA	ATL	LAR INDEPENDENTES	LAR ACAMADOS	TOTAL	CENTRO DA TOTAL	SERVIÇO DE DOMICÍLIO	CENTRO DE CONVÍVIO	USALCOA	HABITAÇÃO SOCIAL	TOTAL	VÉRTUA ORÇAMENTADA	VÉRTUA ORÇAMENTO + DESPONIBEL EM ORÇAMENTO
CUSTOS														
31/61 CMMSC - Amazônia	15.037,88	26.288,95	0,00	163.482,28	36.169,40	199.851,88	6.090,73	20.498,85	0,00	1.442,66	9.13	269.020,98	239.182,00	-29.838,98
62 Fornecimentos e S. Estermos	20.412,64	32.954,91	0,00	159.740,43	29.668,05	189.409,08	10.317,22	20.542,86	0,00	26.668,98	3.049,39	303.352,18	293.776,00	-9.576,18
63/2/2 Custos cipresso social	206.628,87	167.463,87	0,00	592.788,83	100.464,67	693.263,50	29.344,71	133.645,84	0,00	20.103,48	645,90	1.251.095,97	1.303.616,00	52.520,03
64 Amortizações	6.131,33	7.539,90	0,00	47.777,78	7.702,62	55.480,40	2.351,65	3.803,99	0,00	11.327,06	18.630,29	103.264,62	111.882,00	8.717,38
65 Imparidades-Dívidas a receber	0,00	0,00	0,00	10.210,00	0,00	10.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.210,00	0,00	-10.210,00
66 Outros Custos e Perdas	4.141,58	832,55	0,00	22.680,97	5.382,22	28.063,19	1.438,61	2.689,87	0,00	885,91	2.530,45	40.583,16	5.230,00	-35.353,16
69 Gastos e perdas financeiroamento	421,50	789,31	0,00	1.507,52	185,26	1.702,78	73,74	255,62	0,00	127,85	7.885,41	11.256,21	15.340,00	4.083,79
TOTAL 1	252.773,80	235.886,49	0,00	988.197,81	178.592,82	1.177.780,63	49.617,66	181.436,83	0,00	60.554,04	30.750,57	1.988.763,12	1.869.126,00	-19.657,12
PROVEITOS														
72 Prestações de Serviços	58.493,50	82.302,50	0,00	588.347,19	78.047,54	646.394,73	22.858,81	92.313,82	0,00	30.481,00	0,00	912.924,16	918.540,00	5.815,84
75 Subsídios	156.133,70	118.742,20	0,00	347.975,73	89.755,15	437.730,88	25.878,58	151.285,41	0,00	56.33	0,00	889.827,10	882.644,00	-7.183,10
76 Reversões	0,00	0,00	0,00	10.210,00	0,00	10.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.210,00	0,00	-10.210,00
78 Outros Rendimentos e Ganhos	5.258,13	24.070,09	0,00	122.682,68	12.794,35	135.477,04	4.033,51	578,43	0,00	1.293,59	19.793,50	190.504,29	177.382,00	-13.122,29
79 Juros e Dividendos	11,00	20,48	0,00	56,16	14,80	70,96	5,92	14,80	0,00	4,92	0,00	128,08	129,00	0,92
TOTAL 2	219.886,33	205.195,27	0,00	1.049.271,77	180.611,84	1.229.883,61	52.876,82	244.192,46	0,00	31.815,84	19.793,50	2.003.583,63	1.978.695,00	-24.886,63
DIFERENÇA - (TOTAL 2 - 1)	-32.877,47	-30.754,22	0,00	51.073,86	1.029,02	52.102,98	3.258,98	62.755,53	0,00	-28.738,20	-10.857,07	14.810,51	9.568,00	-5.241,51

Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios

Fundação Maria e Oliveira
Demonstração das Alterações nos Fundos Próprios no Período 2017

Descrição	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe							Unidade Monetária: Euros			
		Fundos	Exced. Téc.	Reservas	Result. Transit.	R. legais	Exced. Rev.	Out. Var. FP	Result. Liq. do período	Total	Int. mês	Total F. Patrim.
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2017	6 14	287.935,48	-	-	269.429,74	-	3.405.625,14	1.508.192,84	98.145,85	5.570.359,05		5.570.359,05
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primera adopção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de ver. de AFT e Intangíveis												
Exced. de realiz. do exced. de rev. de AFT e Intangíveis												
Ajustamentos por impostos diferidos												
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais												
14					97.782,81		(68.478,48)	(98.145,85)	(68.841,52)	(68.841,52)		(68.841,52)
7					97.782,81		(68.478,48)	(98.145,85)	(68.841,52)	(68.841,52)		(68.841,52)
RESULTADO LIQUIDO DO PERÍODO									14.810,51	14.810,51		14.810,51
8												
RESULTADO EXTENSIVO												
9=7+8												
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO												
Fundos												
Subsídios, doações e legados												
Outras operações												
10												
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2017	6+7+8+10	287.935,48	-	-	367.212,55	-	3.405.625,14	1.440.714,36	14.810,51	5.516.328,04		5.516.328,04

Alcochete, 16 de abril de 2018

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Fundação Maria e Oliveira
Rua da Oliveira, 32 - 2460-035 Alcochete
NIF: 5018850607

A ADMINISTRAÇÃO



Demonstração dos Fluxos de Caixa

Fundação Maria e Oliveira

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Unidade Monetária: Euros

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2017	2016
Fluxos de caixa das actividade operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes e utentes		956.348,27	961.364,74
Pagamentos de subsídios			
Pagamentos de apoios			
Pagamentos de bolsas		632.801,94	528.873,39
Pagamento a fornecedores		810.318,76	801.776,08
Pagamentos ao pessoal			
Caixa gerada pelas operações		-486.772,43	-369.284,73
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		496.011,01	536.140,58
Outros recebimentos/pagamentos		9.238,58	166.855,85
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)			
Fluxos de caixa das actividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis			
Activos Intangíveis			
Investimentos financeiros		1.033,49	720,63
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixas tangíveis			
Activos Intangíveis		68.000,00	61.750,00
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		128,08	128,08
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividade de investimento (2)		67.094,59	61.157,45
Fluxos de caixa das actividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos			
Realizações de fundos			
Cobertura de prejuízos			
Doações		9.432,91	6.774,79
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		225.103,15	27.365,51
Juros e gastos similares		11.182,98	16.013,38
Dividendos			
Reduções do fundo			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividade de financiamento (3)		-226.853,22	-36.604,10
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-150.520,05	191.409,20
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no Início do período		295.986,18	104.576,98
Caixa e seus equivalentes no fim do período		145.466,13	295.986,18

Alcobaça, 16 de abril de 2018

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

A ADMINISTRAÇÃO:



Anexo

1. Identificação da Entidade

1.1 – Designação da Entidade:

A Fundação Maria e Oliveira, com o NIF 500850607, é uma fundação de solidariedade social, (IPSS sem fins lucrativos), instituída por testamento da benemérita D. Maria do Carmo Elizeu de Oliveira, de 10 de setembro de 1913, com Estatutos aprovados, registados com inscrição n.º 28/84, do livro n.º 2 das Fundações de Solidariedade Social e publicados do Diário da República da III Série, n.º 69, de 22 de março de 1984, com sede na Rua de Olivença n.º 32, 2460-035 Alcobaça.

1.2 – Natureza e Atividades:

A Fundação Maria e Oliveira constituída por tempo ilimitado, tem por fim a promoção e proteção social da população idosa, crianças e jovens, apoio à família e comunidade e resolução dos problemas habitacionais das populações do concelho de Alcobaça.

Para realização dos seus fins, a instituição propõe-se manter e criar as seguintes atividades:

- Proteção dos cidadãos na velhice e invalidez e em todas as situações de falta ou diminuição de meios de subsistência ou de incapacidade;
- Apoio a crianças e jovens;
- Apoio á família;
- Apoio à integração social e comunitária;
- Promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa de reabilitação e de recuperação após intervenção cirúrgica hospitalar;
- Educação e formação profissional dos cidadãos;
- Resolução de problemas habitacionais das populações;
- Outras atividades de índole social e cultural, designadamente o fornecimento de refeições ou outro tipo de alimentação ou produtos e artigos.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2017 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março. No anexo II do referido Decreto, é



A
F
JN

referido que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho;
- Alteração do normativo contabilístico – Decreto-Lei 98/2015 de 2 de junho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015 de 29 julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efecto de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os "Ativos Fixos Tangíveis" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos



A.J.
O.M.

de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6 a 50
Equipamento de transporte	5
Equipamento biológico	
Equipamento administrativo	3 a 6
Outros activos fixos tangíveis	3 a 6

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e são reconhecidas na Demonstração dos Resultados, nas rubricas "*Outros rendimentos e ganhos*" ou "*Outros gastos e perdas*".

3.2.2. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado.



3.2.3. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “*Clientes*” e as “*Outras contas a receber*” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “*Perdas por Imparidade*” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.



A.
JF
JM

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas neste por contrapartida de resultados do período.

Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.



O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “*Empréstimo Obtidos*” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “*Encargos Financeiros*” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “*Juros e gastos similares suportados*”.

4. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2017, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	Saldo em 01-Jan-2016	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Alien.	Transferências	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2016
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.362.196,06	90.037,25	(2.500,00)	17.210,00	-	2.466.943,31
Edifícios e outras construções	3.336.592,53	24.786,75	(49.653,85)	1.370.919,24	-	4.682.644,67
Equipamento básico	393.795,84	991,93	-	-	-	394.787,77
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	177.511,89	4.586,30	-	-	-	182.098,19
Outros activos fixos tangíveis	13.419,49	-	-	-	-	13.419,49
Total	6.397.848,07	120.402,23	(52.153,85)	1.388.129,24	-	7.854.225,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.108.225,83	84.775,42	(882,17)	143.521,62	-	1.335.640,70
Equipamento básico	368.969,75	4.893,42	(1.097,99)	-	-	372.765,18
Equipamento de transporte	114.332,26	-	(14,13)	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	161.198,53	5.779,70	-	-	-	166.978,23
Outros activos fixos tangíveis	11.039,49	290,00	-	-	-	11.329,49
Total	1.763.765,86	95.738,54	(1.980,16)	143.521,62	-	2.001.045,86

	Saldo em 01-Jan-2016	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2016
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	14.381,00	-	14.381,00
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	14.381,00	-	14.381,00

	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições/ Aumentos	Abates/ Alien.	Transferências aumento	Revalorizações	Saldo em 31-Dez-2017
Custo						
Terrenos e recursos naturais	2.491.730,06	35,37	(76.299,01)	-	-	2.415.466,42
Edifícios e outras construções	4.657.857,92	17.920,00	-	-	-	4.675.777,92
Equipamento básico	394.776,52	40.041,28	(11,25)	-	-	434.817,80
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	182.098,19	32.042,83	(0,06)	-	-	214.140,96
Outros activos fixos tangíveis	13.419,49	276,75	-	-	-	13.696,24
Total	7.854.214,44	90.316,23	(76.299,07)	-	-	7.868.231,60
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	1.335.640,70	84.220,77	-	-	-	1.419.861,47
Equipamento básico	372.765,18	8.191,47	-	-	-	380.956,65
Equipamento de transporte	114.332,26	-	-	-	-	114.332,26
Equipamento biológico	-	-	-	-	-	-
Equipamento administrativo	166.964,10	9.906,04	-	-	-	176.870,14
Outros activos fixos tangíveis	11.619,49	359,19	-	-	-	11.978,68
Total	2.001.321,73	102.677,47	-	-	-	2.103.999,20

	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Reduções	Saldo em 31-Dez-2017
Perdas por Imparidade Acumuladas				
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	-	-	-	-
Equipamento básico	-	-	-	-
Equipamento de transporte	-	-	-	-
Equipamento biológico	-	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-	-
Outros activos fixos tangíveis	-	-	-	-
Total	-	-	-	-

Todas as depreciações foram calculadas pelo método da linha reta.



6. Locações

Neste período não foram reconhecidos quaisquer ativos adquiridos com recurso à locação financeira.

7. Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.

Descrição	2017			2016		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	-	-	-	10 141,67	200 901,17	211 042,84
Locações Financeiras						-
Contas caucionadas						-
Contas Bancárias de Factoring	-	-	-	-	-	-
Contas bancárias de letras descontadas	-	-	-	-	-	-
Descobertos Bancários Contratados	-	-	-	-	-	-
Outros Empréstimos	14 670,00	241.468,63	256 138,63	13 746,65	256 452,29	270 198,94
Total	14.670,00	241.468,63	256.138,63	23.888,32	457.353,46	481.241,78

Em 31 de dezembro de 2017, os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos bancários, detalham-se como segue:

Descrição	2017			2016		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	-	-	-	10.141,67	15.179,65	25.321,32
De um a cinco anos	-	-	-	49.820,89	66.819,82	116.640,71
Mais de cinco anos	-	-	-	167.881,61	64.881,19	232.762,80
Total	-	-	-	227.844,17	146.880,66	374.724,83

Nenhum gasto com empréstimos obtidos foi capitalizado neste período ou no anterior.

8. Inventários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-Jan-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2016	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-Dez-2017
Mercadorias	-	-	-	-	-	-	-
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	6.095,75	237.274,54	30.492,31	7.827,53	242.259,11	23.513,30	4.578,96
Produtos Acabados e Intermédios	-	-	-	-	-	-	-
Produtos e trabalhos em curso	-	-	-	-	-	-	-
Total	6.095,75	237.274,54	30.492,31	7.827,53	242.259,11	23.513,30	4.578,96
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				266 035,07			269 020,98
Variações nos inventários da produção				-			-



A
F
J

9. Rérito

Para os períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes valores de Rérito:

Descrição	2017	2016
Vendas	-	-
Prestação de Serviços	912.924,16	914.265,39
Quotas dos utilizadores	912.924,16	914.265,39
Quotas e Jóias	-	-
Promoções para captação de recursos	-	-
Rendimentos de patrocionadores e colaborações	-	-
Juros	-	-
Royalties	-	-
Dividendos	-	-
Total	912.924,16	914.265,39

10. Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a Entidade apresentava os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	2017	2016
Subsídios do Governo	856.880,89	864.586,02
Segurança Social	839.422,62	840.318,95
IEFP	-	24.267,07
Município de Alcobaça	-	-
Outros Subsídios	17.458,27	-
	-	-
Total	856.880,89	864.586,02

Descrição	2017	2016
Subsídios	856.880,89	864.586,02
Doações	32.946,21	37.267,10
Heranças	-	-
Legados	-	-
Total	889.827,10	901.853,12

11. Imposto sobre o Rendimento

Neste período e no anterior não foi reconhecido qualquer gasto de imposto.



12. Benefícios dos empregados

O atual conselho de administração tomou posse no dia 10/01/2014, sendo constituído pelo Dr. Mário José Almeida Lopes Barreiro, pela Dr.ª Maria Alcina do Couto de Sousa e pelo Dr. Eduardo Manuel Romero Dias Marques, este último reconduzido do anterior mandato e que assumem, respetivamente os cargos de Presidente, Secretário e Tesoureiro.

Os órgãos diretivos não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2017 foi de 92 e em 2016 foi de 90.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2017	2016
Remunerações aos Órgãos Sociais	-	-
Remunerações ao Pessoal	1.018.119,72	971.392,41
Benefícios Pós-Emprego	-	-
Indemnizações	-	886,28
Encargos sobre as Remunerações	217.834,97	206.007,86
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	5.832,32	8.235,03
Gastos de Ação Social	-	-
Outros Gastos com o Pessoal	9.308,96	2.069,74
Total	1.251.095,97	1.188.591,32

13. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.



14. Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2017 e 2016 a rubrica “*Clientes*” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Clientes e Utentes c/c	78.451,57	88.052,57
Clientes	-	-
Utentes	78.451,57	88.052,57
Clientes e Utentes títulos a receber	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes factoring	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	-	-
Clientes	-	-
Utentes	-	-
Total	78.451,57	88.052,57

14.2. Outras contas a receber

A rubrica “*Outras contas a receber*” tinha, em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a seguinte decomposição:

Descrição	2017	2016
Adiantamentos ao pessoal	-	-
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Devedores por acréscimos de rendimentos	-	-
Outros Devedores	16.550,12	14.199,44
Perdas por Imparidade	-	-
Total	16.550,12	14.199,44

14.3. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, a rubrica “*Diferimentos*” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2017	2016
Gastos a reconhecer		
Seguros	2.000,16	3.547,50
Juros	-	-
...	-	-
Total	2.000,16	3.547,50
Rendimentos a reconhecer		
Estorno de Seguros	12,84	-
...	-	-
...	-	-
Total	12,84	-



14.4. Outros Ativos Financeiros

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2017 e 2016, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2017	2016
Caixa	1.815,70	2.795,45
Depósitos à ordem	143.650,43	293.190,73
Depósitos a prazo	-	-
Outros	-	-
Total	145.466,13	295.986,18

14.6. Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2017	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2017
Fundos	287.935,48	-	-	287.935,48
Excedentes técnicos	-	-	-	-
Reservas	-	-	-	-
Resultados transitados	269.429,74	98.145,85	(363,04)	367.212,55
Excedentes de revalorização	3.405.655,14	-	-	3.405.655,14
Outras variações nos fundos patrimoniais	1.509.192,84	17.596,97	(86.075,45)	1.440.714,36
Total	5.472.213,20	115.742,82	(86.438,49)	5.501.517,53

14.7. Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Fornecedores c/c	68.519,93	51.558,27
Fornecedores títulos a pagar	-	-
Fornecedores facturas em recepção e conferência	-	-
Total	68.519,93	51.558,27




14.8. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de "Estado e outros Entes Públicos" está dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Activo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	13.195,60	12.605,64
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	13.195,60	12.605,64
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Colectivas (IRC)	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	-	-
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	7.032,47	5.935,74
Segurança Social	24.914,34	22.558,23
Outros Impostos e Taxas	-	-
Total	31.946,81	28.493,97

14.9. Outras Contas a Pagar

A rubrica "Outras contas a pagar" desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2017		2016	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal	-	-	-	-
Remunerações a pagar	-	-	-	-
Cauções	-	-	-	-
Outras operações	-	-	-	-
Perdas por imparidade acumuladas	-	-	-	-
Fornecedores de investimentos	-	-	-	-
Credores por acréscimos de gastos	-	170.090,73	-	147.744,38
Outros credores	-	20.344,59	-	10.328,46
Total	-	190.435,32	-	158.072,84

14.10. Outros Passivos Financeiros

Não se verificou qualquer movimento neste exercício.

14.11. Subsídios, doações e legados à exploração

Os "Subsídios e Apoios do Governo" estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.



14.12. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "Fornecimentos e serviços externos" nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016, foi a seguinte:

Descrição	2017	2016
Subcontratos	-	-
Serviços especializados	168.127,14	136.792,87
Materiais	13.459,96	13.216,20
Energia e fluidos	81.771,77	96.446,95
Deslocações, estadas e transportes	5.694,84	5.045,62
Serviços diversos	34.298,47	31.951,95
dos quais:	-	-
Comunicação	7.484,84	9.921,41
Seguros	8.570,69	7.910,75
Outros	18.242,94	14.119,79
Total	303.352,18	283.453,59

14.13. Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de "Outros rendimentos e ganhos" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Rendimentos Suplementares	50.582,77	50.799,00
Descontos de pronto pagamento obtidos	1.274,64	990,43
Recuperação de dívidas a receber	4.226,85	-
Ganhos em inventários	-	-
Rendimentos e ganhos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Rendimentos e ganhos nos restantes activos financeiros	128,08	128,08
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	26.938,35	25.584,49
Outros rendimentos e ganhos	107.481,68	126.218,23
Total	190.632,37	203.720,23

14.14. Outros gastos e perdas

A rubrica de "Outros gastos e perdas" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2017	2016
Impostos	331,73	657,46
Descontos de pronto pagamento concedidos	-	-
Dívidas Incobráveis	9.884,71	-
Perdas em inventários	-	-
Gastos e perdas em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-
Gastos e perdas nos restantes activos financeiros	-	-
Gastos e perdas investimentos não financeiros	-	-
Outros Gastos e Perdas	33.773,63	32.817,18
Total	43.990,07	33.474,64



14.15. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2017 e 2016 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2017	2016
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	7.849,30	12.958,46
Diferenças de câmbio desfavoráveis	-	-
Outros gastos e perdas de financiamento	-	-
Total	7.849,30	12.958,46
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	-	-
Dividendos obtidos	-	-
Outros rendimentos similares	-	-
Total	-	-
Resultados financeiros	-	-

14.16. Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2017.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Alcobaça, 16 de abril de 2018